

# O SPHAN como “braço” do Estado brasileiro<sup>1</sup>

Alexandre Blankl Batista\*

Resenha do Livro

CHUVA, Márcia Maria Romeiro. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (Anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. 480 p.

O *s Arquitetos da Memória* é a designação dada por Márcia Chuva ao conjunto de técnicos e intelectuais do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) que atuaram na instituição nas décadas de 1930 e 1940, embora não se tratassem apenas de arquitetos, reunindo também historiadores, sociólogos, escritores e outros especialistas. Tais agentes, conforme a tese da autora, auxiliaram na construção da imagem da nação brasileira a partir da patrimonialização de determinados bens, objetos e paisagens. Por meio das noções de nação e patrimônio, Chuva procura o significado atribuído a esses conceitos pela historiografia pertinente. Com isso, sua intenção fica a cargo de demonstrar a relevância das ações patrimonializantes do SPHAN para a constituição da identidade nacional formadora da nação brasileira.

Chuva foi pesquisadora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional entre 1985 e 2009, sendo uma das primeiras historiadoras que atuaram na instituição na década de 1980. Sua tese de doutorado, orientada pela Profa. Dra. Sônia Mendonça, que resultou no livro em questão, foi defendida em 1998, na Universidade Federal Fluminense. Desde então, há um intervalo longo de onze anos entre a conclusão de sua tese e a posterior publicação. Tal atraso não se justificaria por eventual desinteresse no assunto tratado, nem tampouco pela qualidade atestada a este estudo. A análise de Chuva é bem articulada e objetiva, contendo criterioso levantamento de fontes e qualificado trabalho de avaliação empírica. Além disso, a temática tratada se revela bastante pertinente, notadamente pela forma de interligar a história do SPHAN, de seus intelectuais e suas relações no interior do Estado brasileiro.

A chamada “cultura oficial” produzida por meio do Estado é frequentemente apontada como a responsável por tentar determinar os elementos formadores da identidade nacional. Ao fomentar a cultura, de modo a definir a sua forma e conteúdo à sociedade, o poder público agiria com o intento de legitimar-se sobre ela. Tal assertiva poderia ser verificada, especialmente, durante a Ditadura do Estado Novo, seja sob o ponto de vista de identidades construídas, ou apropriadas e dotadas de um novo significado. Em diversos estudos que se ocupam dessa perspectiva da “cultura oficial” produzida pelo Estado,

embora a “manipulação estatal” seja observável sob vários aspectos, com frequência deixam de identificar os atores e as relações sociais que permeiam este Estado.

Entretanto, o estudo de Márcia Chuva não incorre nesta prática. Com o objetivo de identificar a “sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural” na época do Estado Novo no Brasil, desde o início do livro, a autora chama atenção para a necessidade de identificar o SPHAN como uma das várias ramificações que foram partes integrantes do Estado. Delimitado desta maneira, o SPHAN, este “braço” do Estado, era caracterizado pelos indivíduos que o compunha, movidos por suas preferências pessoais e influenciados pelas relações sociais que mantinham, bem como pelas disputas de poder que vivenciavam a partir de sua constituição enquanto grupo (ou grupos) no interior da instituição.

Entender as práticas de preservação no país, como demonstra este estudo, significa compreender as disputas que se dão no seio do Estado, o qual interage sistematicamente com a Sociedade Civil. Nesse sentido, os tombamentos, além de se darem como forma de “invenção do patrimônio” e de uma identidade visando a construção da nação, tornaram-se espécies de símbolos que representaram esta disputa. Assim, os documentos escritos pelo próprio SPHAN e os bens arquitetônicos tombados por seu intermédio, eles mesmos também considerados como documentos, são interpretados em conjunto, e juntos descortinam a história da instituição e as práticas adotadas como critério de seleção destes bens.

À medida que o SPHAN se consolidou e se ramificou, criando extensões regionais, multiplicando o número de técnicos e especialistas a seu serviço, a sua história apresenta, ao mesmo tempo, o aumento das disputas internas. Mesmo assim, ainda nas décadas de 1930 e 1940, a instituição tinha um caráter fortemente centralizado, especialmente no que se refere à autoridade de seu primeiro diretor, Rodrigo Melo Franco de Andrade, o qual permaneceu no cargo de 1937 até 1967, completando exatos 30 anos à frente da instituição.

Segundo Chuva, com o tempo, as obras do SPHAN se concentraram, irregularmente, nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Sergipe, Alagoas, Espírito Santo e Goiás. Além de representar a expansão da instituição, este aspecto teria apresentado consequências sobre a construção de uma determinada nacionalidade e teria contribuído com a integração nacional de certas localidades, antes bastante isoladas de uma influência mais ativa por parte do Estado. A escolha

<sup>1</sup>A resenha foi motivada a partir da leitura e discussão da obra de Márcia Chuva durante a participação em uma disciplina do PPGH/UFRGS, ministrada pelo Prof. Dr. Alessandro M. Kerber, no primeiro semestre de 2011.

\*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH-UFRGS). Email: blankl@bol.com.br.

dos bens patrimonializáveis teria se dado por meio de uma “porção construída” do Brasil, caracterizando, assim, uma contribuição essencial por parte do SPHAN para “edificar a nação”.

Deste modo, a criação de sedes regionais, que representassem o poder central no interior de localidades ainda dispersas e não conectadas a uma rede integrada ao Estado, deu a perspectiva de um maior controle administrativo, de modo a moldar uma espécie de “nacionalismo civilizador”<sup>2</sup>. Tendo como base os pareceres técnicos do SPHAN, Márcia Chuva demonstra como os embates davam-se no âmbito de um espectro fechado de assuntos e demandas postos pela administração central da instituição. Tal espectro de questões era assumido pela centralidade de uma “rede mineira” de agentes, sob chefia do mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade.

A autora observa que a “rede mineira” estendia-se além do SPHAN, instituição vinculada ao Ministério da Educação e Saúde, sob chefia de Gustavo Capanema, e ao seu chefe de gabinete, Carlos Drummond de Andrade, ambos mineiros. As implicações dessa “centralidade mineira” refletiam-se não apenas na predileção pelos tombamentos em Minas Gerais, mas por um padrão de qualidade tendo como referência a arte e a arquitetura mineiras produzidas na época colonial.

Ao longo da exposição, há um importante trabalho de historicização de conceitos e eventos históricos, como no caso da construção da legislação sobre o patrimônio nas décadas de 1930 e 1940, em que a autora tenta desnaturalizar o conjunto das leis e mostrar seu sentido histórico. Desde a criação do SPHAN até meados da década de 1940, percebe-se que houve o tombamento de 40% do total que se tem hoje do montante de bens protegidos por lei. A percentagem indica a dinâmica empreendida em sua primeira década de vida pela instituição através de seus agentes.

Outra questão referente ao estudo da historicidade é o da própria noção de patrimônio. Como a autora bem recorda, a noção de patrimônio fora criada junto à época de constituição dos Estados Nacionais, no processo de formação da Nação, reportando à França Revolucionária. Naquele momento, na França, imediatamente no processo que se seguiu à Revolução Francesa, se remontava uma “história ancestral da nação”. As guerras e disputas, vistas como “antigos fratricídios”, passaram a ser adotadas como importantes para o reconhecimento da Nação.

Márcia Chuva apresenta uma relação similar verificada no caso de formação da nação brasileira, em que “antigos fratricídios passam a ser reconhecidos. A reafirmação do fratricídio no caso brasileiro teria se dado com a aceitação da “Guerra Guaranítica” e da “Inconfidência Mineira”, representadas cada uma, e respectivamente, no tombamento da arquitetura jesuítica e da arte barroca, ambas reconhecidas a partir de 1937. As semelhanças entre Brasil e França se dão também na adoção de um mesmo modelo de preservação

patrimonial, mais centralizado em torno do Estado, referente às escolhas e decisões tomadas quanto aos destinos dos “bens culturais”.

Apesar de todos esses aspectos bem trabalhados e da qualidade atestada à sua análise, *Os Arquitetos da Memória* não deixa de suscitar certos problemas, embora não identificados em notas críticas já publicadas. Esta obra da autora, recentemente, foi objeto de resenha por parte de Andréa Daher, na revista *Estudos Históricos*<sup>3</sup>, onde Daher tece elogios a alguns destes aspectos da tese de Chuva mencionados até aqui. Daher está presente nos agradecimentos de *Os Arquitetos da Memória*, a quem Chuva agradece “não somente pelas leituras críticas e sugestões [feitas a partir da leitura de seu trabalho], mas, principalmente, pela velha amizade”. A resenha ressalta as inegáveis contribuições da tese, agora publicada no livro, mas, talvez, até por essa proximidade com a autora, amenize críticas mais contundentes sobre certas minúcias do trabalho.

O argumento de Chuva que desperta mais interrogações é em relação à insistência quanto ao aspecto de participação, e suposto predomínio, dos arquitetos na gênese do SPHAN e reprodução dos bens patrimonializáveis a partir do ímpeto destes profissionais. Em termos meramente quantitativos, presentes nas tabelas anexas ao final do livro, e também nos capítulos quarto e quinto, essa predominância é observada nos cargos ocupados na *Seção Técnica* e nas representações regionais do SPHAN. No entanto, tal predomínio não é visto nas linhas editoriais de publicações da instituição.

Esses dados podem implicar menos uma “hegemonia dos arquitetos” no interior do SPHAN, como argumenta Chuva, e mais uma necessidade de aceitação desses profissionais dentro do *Campo* técnico exigido por meio dos bens materiais patrimonializáveis. Essa perspectiva poderia ter sido constituída mesmo fora da especialidade arquitetônica, sendo transmitida por historiadores, sociólogos e outros profissionais, os quais, a despeito de figurarem menos do que os arquitetos na *Seção Técnica* e como representantes regionais, dominam as linhas editoriais do SPHAN, que se constituem em instrumentos valiosos na disputa pela construção do consenso.

Na obra de Chuva, outra perspectiva que incita certa desconfiança refere-se às suas escolhas teóricas, as quais dialogam constantemente com a análise da autora feita ao longo do livro. Há evidente referência marxista na compreensão do Estado em sua dimensão ampliada, conforme ensina Gramsci, além do entendimento do projeto do SPHAN como esforço permanente de adesão pelas vias culturais, combinando consentimento e coerção. Chuva conclui também que este projeto seria incorporado à “ossatura material do Estado”, referindo-se implicitamente ao referencial teórico proposto por Nicos Polantzias. No entanto, a autora economiza a utilização do

<sup>2</sup>Quando a autora apresenta tal expressão, refere-se à ideia de “Processo Civilizador”, de Norbert Elias.

<sup>3</sup>DAHER, Andréa. Práticas patrimonializantes e objetos patrimonializados. *Estudos históricos* (Rio de Janeiro), vol. 23, n° 45, Rio de Janeiro, Jan./Jun. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862010000100010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862010000100010&script=sci_arttext), acessado em 11/8/2011.

conceito de *classe social* no decorrer do trabalho. As relações classistas são subentendidas, mas não claramente mencionadas.

Somada a esta questão, são colocados no rol de problematização do estudo sugerido, além dos autores supracitados, trabalhos de intelectuais com tradições teóricas bastante distintas, como Walter Benjamin, Pierre Bourdieu, Norbert Elias, Michel Foucault, Roger Chartier, entre outros. Essa perspectiva, que a princípio poderia ser imaginada interessante para enriquecer o trabalho, levanta um dilema, a partir do momento em que as contribuições teóricas misturam-se umas às outras. Não há uma problematização mais evidente, por exemplo, em identificar de que ponto começa a contribuição de determinado autor e onde termina a de outro.

Por vezes, as citações autorais aparecem em alguns excertos mais para sustentar determinados pontos de vista e raciocínios que conduzem a certas conclusões do que propriamente utilizados segundo as racionalizações que emergem de suas contribuições nas áreas da história, sociologia, política e antropologia. Questões que envolvem o objeto comum dessas diferentes tradições, mas trabalhadas originalmente de maneiras distintas em cada uma delas, como “indivíduo, sociedade e cultura”, “relações discursivas”, “recepção”, “Estado e relações de poder”, são colocadas lado-a-lado, citando-se alternadamente determinado trabalho do rol daqueles autores. Deste modo, se expressa um conjunto aparentemente homogêneo e conciliável durante a narrativa de Márcia Chuva, mas que de fato não é conciliável na racionalização histórica empreendida por cada um desses diferentes autores.

Embora seu trabalho instigue essas questões, as quais podem gerar ambiguidades, elas não prejudicam o conjunto analítico da obra, e a contribuição de pesquisa de Chuva é bem sucedida. Não obstante sua tese ser conhecida nos meios especializados, seguramente, esta publicação ampliará o respaldo acadêmico do bom trabalho da autora. *Os Arquitetos da Memória* ensina que o Estado não deve ser tratado como um ente autônomo, desprovido de relações sociais, indicando que, independente da época, o jogo político coloca em oposição projetos distintos, que são preteridos ou preferidos de acordo com a delimitação de disputas complexas, as quais abarcam as redes de relações sociais, a construção de consenso e coerção, e tudo o que diz respeito às relações de poder. Igualmente, há bons argumentos críticos quanto à pretensa autonomia dos intelectuais, ou suposta isenção política, pelo menos no caso dos membros integrantes do SPHAN. A partir de então, outros trabalhos que envolvam a análise desta instituição deverão levar em consideração essas importantes ponderações de Márcia Chuva.

Além disso, é certo que *Os Arquitetos da Memória* possibilita a abertura de caminhos novos de pesquisa, tanto a respeito do SPHAN e suas ramificações regionais, quanto dos intelectuais imbricados nos processos de tombamento e patrimonialização de bens culturais. Sobre este aspecto, seria interessante avaliar as relações de sociabilidade desses agentes, em abordagens que tomassem como objeto outras fontes de “fora do

SPHAN”, além da análise das questões que envolvem os diferentes interesses da sociedade civil, os “jogos de poder” e as influências de “autoridades locais”, examinadas mais detidamente em uma micro-escala regional. Outras possibilidades podem abarcar as relações do SPHAN com os proprietários de bens tombados, a relação entre Estado e Igreja, as disputas dentro da própria instituição e seus contornos próprios entre a sede central e suas regionais, as propriedades existentes nas normas e critérios de tombamentos, entre outras perspectivas. Ou seja, tais elementos, os quais predisõem inúmeras leituras, podem ser aprofundados ou tomados como um foco específico por meio de novas pesquisas, aproveitando os desdobramentos acarretados a partir da tese da autora.

Artigo recebido em 30.09.2011

Aprovado em 21.12.2011